COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE SÃO ROQUE DE MINAS LTDA.

SICOOB SAROMCREDI

SICOOB Saromcredi

CNPJ: 66.402.207/0001-99 | Autorização para Funcionamento BACEN: Pt. 4520393/91 05/08/1991 | www.sicoobsaromcredi.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,
Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício de 2012 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. – SICOOB SAROMCREDI, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional
Em 2012 o SICOOB SAROMCREDI completou 21 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados
No exercício de 2012, o SICOOB SAROMCREDI obteve um resultado de R$ 3.774.870,11, representando um retorno anual sobre o Patrimônio Líquido de 30,62%.

3. Ativos
Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R$ 11.976.673,68. Por sua vez a carteira de créditos representava R$ 68.165.502,29.
A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	R$	37.498.803,38	55,01%
Carteira Comercial	R$	30.666.598,91	44,99%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2012 o percentual de 21,35% da carteira, no montante de R$ 14.829.403,37.

4. Captação
As captações, no total de R$ 47.123.575,55, apresentaram uma evolução em relação ao exercício anterior de 15,64%.
As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R$	14.306.456,77	30,36%
Depósitos a Prazo	R$	32.817.118,78	69,64%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2012 o percentual de 14,95% da captação, no montante de R$ 7.007.786,26.

5. Patrimônio de Referência
O Patrimônio de Referência do SICOOB SAROMCREDI era de R$ 16.666.857,73. O quadro de associados era composto por 12.571 Cooperados, havendo um acréscimo de 3,95% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito
A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.
O SICOOB SAROMCREDI adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 99,25% nos níveis de "A" a "C".

7. Governança Corporativa
Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios das cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.
Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.
A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.
A Cooperativa possui ainda dois Agentes de Controles Internos, supervisionados diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE, que, por sua vez, faz as auditorias internas.
Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.
Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adotou o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.
Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.
A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.
Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal
Eleito bienalmente na AGO, com mandato até a AGO de 2013, o Conselho Fiscal tem funções assemelhadas à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética
Todos os integrantes da equipe do SICOOB SAROMCREDI aderiram, em 2012, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria
A Ouvidoria criada em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sílio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.
No exercício de 2012, a Ouvidoria do SICOOB SAROMCREDI registrou uma manifestação de um não-cooperado, relacionada a esclarecimentos sobre recolhimento de numerário de correspondentes bancários, que foi considerada procedente e resolvida dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Gerenciamento de Risco
a. Risco operacional
O gerenciamento do risco operacional da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.380/06.
Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/09, a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. adotou a estrutura única de gestão do risco operacional do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
O processo de gerenciamento do risco operacional está estruturado com base no preenchimento de Listas de Verificação de Conformidade (LVC), fundadas na metodologia Control Self Assessment (CSA), processo por meio do qual, sob a responsabilidade da Diretoria Executiva e a coordenação do Agente de Controle Interno e Risco, subordinado ao Conselho de Administração, são identificadas situações de risco que são avaliadas quanto ao impacto e à probabilidade de ocorrência, de forma padronizada.
Para as situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento, pelo Agente de Controle e Risco.
Da mesma forma, perdas operacionais ocorridas têm as causas e as ações de mitigação identificadas, sendo as informações devidamente registradas em sistema informatizado para acompanhamento pelo Agente de Controle Interno e Risco.
Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional, a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.
b. Risco de mercado
O gerenciamento do risco de mercado da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de mercado, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.464/07.
Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/09, a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. aderiu à estrutura única de gestão do risco de mercado do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira em trading e banking, de mensuração do risco de mercado (Value at Risk - VaR), de estabelecimento de limites de risco, de testes de estresse e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting do VaR).
Para as situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento pelo Agente de Controle e Risco.
Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado, a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da Entidade.
c. Risco de crédito
O gerenciamento de risco de crédito da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.
Conforme preceitua o art. 10 da Resolução CMN nº 3.721/09, a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
Compete aos responsáveis pela estrutura centralizada de riscos a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.
Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. possui estrutura compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

12. Gerenciamento de capital
a) A estrutura de gerenciamento de capital da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída da Resolução CMN 3.988/2011.
b) Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. aderiu a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
c) O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de :
I. Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do sicoob estão sujeitas;
II. Planejas metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.
III. Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.
d) Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a conseqüente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

Agradecimentos
Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

São Roque de Minas (MG), 22 de fevereiro de 2013.

Conselho de Administração e Diretoria

João Carlos Leite **Presidente**	***Bruno Oliveira Faria*** **Vice-Presidente**
Raimundo Pereira Borges **Conselheiro-Vogal**	***José Antônio da Costa*** **Conselheiro-Vogal**
Claiton Gualberto de Souza **Conselheiro-Vogal**	***Odorico de Oliveira Filho*** **Conselheiro-Vogal**
Honorio Geraldo Pereira **Diretor Administrativo Coordenador**	***Diego César Fregágio de Faria*** **Diretor Financeiro**

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Valores expressos reais – R$)

ATIVO	31/12/2012	31/12/2011
Circulante	**65.450.802,79**	**53.126.388,93**
Disponibilidades	1.065.191,66	1.232.459,16
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 4)	5.213.140,29	5.284.257,05
Relações Interfinanceiras (Nota 5)	11.976.673,68	11.060.510,64
Operações de Crédito (Nota 6)	46.997.938,26	35.340.036,28
Outros Créditos (Nota 7)	139.966,51	145.551,12
Outros Valores e Bens (Nota 8)	58.892,39	63.574,68
Não Circulante	**27.311.069,52**	**22.531.482,18**
Realizável a Longo Prazo	22.049.789,03	17.812.242,62
Operações de Crédito (Nota 6)	21.167.564,03	17.153.054,16
Outros Créditos (Nota 7)	881.925,00	779.194,46
Investimentos (Nota 9)	988.399,61	795.222,45
Imobilizado de Uso (Nota 10)	4.096.093,35	3.604.302,40
Intangível (Nota 11)	178.087,53	199.708,71
TOTAL	**92.761.872,31**	**75.657.871,11**

PASSIVO	31/12/2012	31/12/2011
Circulante	**66.180.130,92**	**55.326.778,79**
Depósitos (Nota 12)	47.123.575,55	40.750.783,04
Depósito à Vista	14.306.456,77	10.900.588,88
Depósito a Prazo	32.817.118,78	29.850.194,16
Relações Interfinanceiras (Nota 13)	15.882.548,01	12.849.888,63
Relações Interdependências	3.008,50	5.370,14
Obrigações Por Empréstimos e Repasses (Nota 13)	1.508.000,51	714.000,01
Outras Obrigações (Notas 14 e 15)	1.662.998,35	1.006.696,97
Cob. e Arrec. de Trib. e Assemelhados	21.982,41	29.556,75
Sociais e Estatutárias	695.850,78	403.321,76
Fiscais e Previdenciárias	122.874,10	94.553,37
Diversas	822.291,06	482.265,09
Não Circulante	**9.839.179,37**	**7.755.840,62**
Exigível a Longo Prazo		
Relações Interfinanceiras (Nota 13)	6.819.169,55	4.837.430,70
Obrigações Por Empréstimos e Repasses (Nota 13)	2.138.084,82	2.139.235,46
Provisões p/ Riscos Fiscais e Trabalhistas (Nota 16)	881.925,00	779.194,46
Patrimônio Líquido (Nota 18)	**16.742.562,02**	**12.575.231,70**
Capital Social	6.653.591,64	5.305.234,88
Reserva de Sobras	9.541.218,94	6.985.045,60
Sobras Acumuladas	547.751,44	288.921,22
TOTAL	**92.761.872,31**	**75.657.871,11**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Valores expressos reais – R$)

EVENTOS	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldo em 31/12/10	**4.232.488,26**	**5.636.746,59**	**122.834,86**	**9.992.069,71**
Destinação de Sobras Exercício Anterior:				
Ao Capital	122.728,20	-	(122.728,20)	-
Cotas Capital a Pagar - Ex-associados	-	-	(106,66)	(106,66)
Movimentações de Capital:				
Por Subscrição/Realização	1.006.878,44	-	-	1.006.878,44
Por Devolução (-)	(60.830,02)	-	-	(60.830,02)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	2.024.375,04	2.024.375,04
Fates Atos Não Cooperativos	-	-	(98.233,59)	(98.233,59)
Destinação das Sobras do Exercício:				
Fundo de Reserva	-	1.348.299,01	(1.348.299,01)	-
F A T E S	-	-	(288.921,22)	(288.921,22)
Saldos em 31/12/11	**5.301.264,88**	**6.985.045,60**	**288.921,22**	**12.575.231,70**
Saldo em 31/12/11	**5.301.264,88**	**6.985.045,60**	**288.921,22**	**12.575.231,70**
Destinação de Sobras Exercício Anterior:				
Ao Capital	287.730,12	-	(287.730,12)	-
Cotas Capital a Pagar - Ex-associados	-	-	(1.191,10)	(1.191,10)
Movimentações de Capital:				
Por Subscrição/Realização	1.106.259,98	-	-	1.106.259,98
Por Devolução (-)	(41.663,34)	-	-	(41.663,34)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	3.774.870,11	3.774.870,11
Fates Atos Não Cooperativos	-	-	(123.193,90)	(123.193,90)
Destinação das Sobras do Exercício:				
Fundo de Reserva	-	2.556.173,34	(2.556.173,34)	-
F A T E S	-	-	(547.751,43)	(547.751,43)
Saldos em 31/12/12	**6.653.591,64**	**9.541.218,94**	**547.751,44**	**16.742.562,02**
Saldo em 30/06/12	**5.966.373,22**	**6.989.045,60**	**1.782.932,36**	**14.734.351,18**
Movimentações de Capital:				
Por Subscrição/Realização	707.627,24	-	-	707.627,24
Por Devolução (-)	(20.408,82)	-	-	(20.408,82)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	1.991.937,75	1.991.937,75
Fates Atos Não Cooperativos	-	-	(123.193,90)	(123.193,90)
Destinação das Sobras do Exercício:				
Fundo de Reserva	-	2.556.173,34	(2.556.173,34)	-
F A T E S	-	-	(547.751,43)	(547.751,43)
Saldos em 31/12/12	**6.653.591,64**	**9.541.218,94**	**547.751,44**	**16.742.562,02**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Valores expressos reais – R$)

DISCRIMINAÇÃO	2º Semestre/2012	31/12/2012	31/12/2011
Ingressos da Intermediação Financeira	**6.432.485,08**	**12.435,742,35**	**9.636.053,36**
Operações de Crédito	6.241.449,67	12.002.945,57	9.090.897,78
Resultados Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	191.035,41	432.796,78	545.155,58
Dispêndios da Intermediação Financeira	**(1.965.581,78)**	**(3.912.306,53)**	**(3.874.355,66)**
Operações de Captação no Mercado	(1.181.869,59)	(2.483.471,94)	(2.458.697,14)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(676.925,05)	(1.321.597,93)	(1.192.136,84)
Provisão para Operações de Créditos (Nota 5-a)	(106.787,14)	(107.236,66)	(223.521,68)
Resultado Bruto Intermediação Financeira	**4.466.903,30**	**8.523.435,82**	**5.761.707,70**
Outros Ingressos/Rec. (Dispêndios/Desp.) Operacionais	**(2.459.783,62)**	**(4.708.540,94)**	**(3.674.297,18)**
Ingressos/Receitas de Prestação de Serviços	192.349,71	387.561,11	362.821,03
Rendas de Serviços Prioritários - PF	104.209,50	212.955,21	178.030,28
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	46.114,45	88.675,73	70.336,29
Dispêndios/Despesas de Pessoal	(2.049.138,31)	(3.931.561,14)	(2.841.127,16)
Outros Dispêndios/Despesas Administrativas	(1.380.246,05)	(2.655.494,49)	(2.794.386,72)
Dispêndios/Despesas Tributárias	(18.531,67)	(38.029,53)	(36.944,05)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	432.812,73	796.674,99	1.221.645,67
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	341.525,47	682.017,41	367.488,86
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	(130.776,45)	(251.340,23)	(212.161,38)
Resultado Operacional	**2.007.119,68**	**3.814.894,88**	**2.087.410,52**
Resultado Não Operacional	**11.464,61**	**10.924,30**	**(21.085,49)**
Resultado Antes da Tributação	**2.018.584,29**	**3.825.819,18**	**2.066.325,03**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(26.646,54)	(50.949,07)	(41.949,99)
Sobras / Perdas antes das Destinações	**1.991.937,75**	**3.774.870,11**	**2.024.375,04**
Destinações legais e Estatutárias		**(3.227.118,67)**	**(1.735.453,82)**
F.A.T.E.S.		(547.751,43)	(288.921,22)
Reserva Legal		(2.556.173,34)	(1.348.299,01)
F.A.T.E.S. Atos não Cooperativos		(123.193,90)	(98.233,59)
Sobras / Perdas Líquidas		**547.751,44**	**288.921,22**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Valores expressos reais – R$)

DESCRIÇÃO	2º Semestre/2012	31/12/2012	31/12/2011
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Exercício	**2.018.584,29**	**3.825.819,18**	**2.066.325,03**
IRPJ / CSLL	-26.646,54	-50.949,07	-41.949,99
Provisão para Operações de Crédito	84.144,35	70.881,02	168.271,06
Depreciações e Amortizações	177.984,99	348.692,56	293.890,66
2.254.027,09	**4.192.443,69**	**2.486.976,76**
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Títulos e Valores Mobiliários	445.762,92	71.116,76	-3.605.853,18
Operações de Crédito	-11.488.704,37	-15.743.292,87	-16.899.359,27
Outros Créditos	4.881,37	-97.146,93	697.485,39
Outros Valores e Bens	-138,20	4.682,29	67.747,66
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista	2.802.189,31	3.405.887,89	674.064,87
Depósitos a Prazo	3.218.676,65	2.966.924,62	6.935.874,93
Outros Depósitos	-	-	1.222,45
Outras Obrigações	738.535,29	758.031,92	-51.539,87
Relações Interdependências	912,20	-2.361,64	3.410,43
Relações Interfinanceiras	6.926,077,97	5.014.398,23	5.432.305,14
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-2.768.432,39	792.789,86	998.354,65
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	**2.153.797,94**	**1.364.434,51**	**-3.262.743,14**
Atividades de Investimentos			
Alienação de Imobilizações de Uso	157.296,13	201.852,79	112.433,76
Aplicação no Intangível	18.070,32	-29.716,62	-203.461,19
Investimento Imobilizado de Uso	-518.048,55	-987.909,19	-956.486,19
Inversões em Investimento	-32.429,17	-193.177,16	-153.611,60
Outros Ajustes	-	-	395,88
Caixa Líquido Aplicado/Originado em Investimentos	**-411.251,91**	**-1.008.999,18**	**-1.199.758,48**
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	996.548,46	1.395.181,20	1.006.878,44
Devolução de Capital à Cooperados	-309.330,04	-330.584,56	-60.830,02
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	-1.191,10	-106,66
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	-123.193,90	-123.193,90	-98.233,59
FATES Sobras Exercício	547.751,43	547.751,43	-288.921,22
Caixa Líquido Aplicado/Originado em Financiamentos	**14.273,09**	**392.460,21**	**558.786,95**
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	**1.758.809,02**	**747.895,54**	**-3.903.714,67**
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	11.282.056,32	12.292.969,80	16.196.684,47
No Fim do Período	13.040.865,34	13.040.865,34	12.292.969,80
Variação Líquida das Disponibilidades	**1.758.809,02**	**747.895,54**	**-3.903.714,67**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em reais)

1. Contexto operacional
A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. - SICOOB SAROMCREDI é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 09 de Junho de 1991, filiada à Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CECREMGE e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 3.859/10, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.
O SICOOB SAROMCREDI possui Postos de Atendimento (PA) nas seguintes localidades: Clássia, Vargem Bonita, São João Batista do Glória, Delfinópolis, Pratinha e Medeiros.
O SICOOB SAROMCREDI tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:
(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentro outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.
Em 06/11/2004 ocorreu a transformação do SICOOB SAROMCREDI para entidade de "Livre Admissão de Associados", aprovada junto ao Banco Central do Brasil – BACEN em 14/12/2004.

2. Apresentação das demonstrações contábeis
As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Desta forma, as demonstrações contábeis foram revisadas e aprovadas pela Diretoria Executiva, em sua reunião datada de 22/02/2013.
Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais sendo aplicadas às instituições financeiras dependem de aprovação pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº4.144/12; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº3.604/08; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11, e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09.

3 Resumo das principais práticas contábeis
a) Apuração do resultado
Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.
As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato Cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.
b) Estimativas contábeis
Na elaboração das demonstrações contábeis foi-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.
c) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e depósitos bancários	1.064.191,66	1.232.459,16
Relações interfinanceiras – centralização financeira	11.976.673,68	11.060.510,64
Total	**13.040.865,34**	**12.292.969,80**

O caixa e equivalente de caixa compreendem:
d) Operações de crédito
As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.
e) Provisão para operações de crédito
Constitui-da em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.
A Resolução CMN nº 2.682 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).
f) Depósitos em garantia
Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.
g) Investimentos
Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL CECREMGE e ações do BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.
H) Imobilizado
Compromentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.
I) Intangível
Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são gerenciados amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.
j) Ativos contingentes
Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contínuos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.
k) Obrigações por empréstimos e repasses
As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").
l) Demais ativos e passivos
São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.
m) Provisões
São reconhecidas quando a c